

## A CONSTRUÇÃO DOS EUA

*“Cremos como verdades evidentes por si próprias que todos os homens nasceram iguais, que receberam de seu Criador alguns direitos inalienáveis; que entre esses direitos estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade; que é para assegurar esses direitos que os Governos foram instituídos entre os homens e seu justo poder advém somente do consentimento dos governados; todas as vezes que uma forma de Governo torna-se destruidora desses fins, o povo está no direito de modificá-la ou aboli-la e instituir um novo Governo, estabelecendo seus fundamentos nos princípios, e organizando seus poderes nas formas que lhe parecerão as mais próprias para realizar sua segurança e felicidade... E, para sustentar esta Declaração, com uma firme confiança na proteção da Divina Providência, nós empenhamos mutuamente as nossas vidas, os nossos bens e a nossa honra sagrada.”*

**(Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, 4/7/1776)**

Entre essa ‘Declaração’, redigida por Thomas Jefferson, e a Independência propriamente dita, houve a Guerra de Independência que se concluiu com a Paz de Paris, assinada no Palácio de Versalhes, em 1783.

O acordo previa a indenização dos chamados “tories” – que haviam apoiado a manutenção do domínio inglês, e por isso perdido seus bens. Naturalmente, os novos governantes não cumpriram essa parte do acordo.

Por outro lado, a Espanha recuperou a Flórida, devolveu a Louisiana à França, e entregou definitivamente Gibraltar à Inglaterra. A França recuperou algumas ilhas do Caribe.

Bem, mas o que interessa é o efeito da Independência nos próprios Estados Unidos.

Declarar princípios é uma coisa, colocá-los em prática é outra. A idéia de Independência era comum a várias classes, a vários interesses de diferentes regiões. No entanto, como organizar o país independente, como governá-lo, quais os limites das idéias de liberdade e igualdade, são aspectos que dividem os americanos e especialmente suas lideranças.

Entre os grupos que prevaleceram no processo de Independência, destacam-se os Federalistas e os antifederalistas ou Republicanos.

Os Federalistas que, futuramente (1854), darão origem ao Partido Republicano, inspiram-se na Inglaterra e têm sua base social nos comerciantes, banqueiros e industriais. São defensores de um poder centralizado.

Os antifederalistas, que se chamavam Republicanos, e que darão origem ao Partido Democrático, inspiram-se na Revolução Francesa e têm sua base social nos operários, pequenos negociantes e proprietários rurais. Além de favoráveis à maior autonomia dos Estados, privilegiavam a questão dos direitos dos cidadãos.

Os problemas existentes antes da Independência, como impostos, regulamentação do comércio, terras do Oeste, os índios, papel-moeda, e outros, continuavam existindo. Apenas, teriam que ser resolvidos agora na América, não mais pela Metrópole.

Ademais, os setores populares da sociedade buscavam espaço no cenário político para manifestar seus interesses.

Essa ameaça, a dos setores populares, é que levou a um tipo de compromisso das elites federalistas e antifederalistas.

Em 1787, os dois partidos se reuniram na Convenção Constitucional de Filadélfia, entre maio e setembro, aprovando a Constituição, ratificada finalmente em 1790.

O texto constitucional era enxuto, para não aprofundar as divergências; tinha 89 frases e 4 mil palavras.

Alexander Hamilton liderara os federalistas, do Norte. Thomas Jefferson fora o líder dos antifederalistas, do Sul.

Criava-se um novo sistema de governo, formado de 3 poderes, conforme a teoria de Montesquieu.

O Executivo, seria o poder central, com um Presidente eleito por 4 anos. O Legislativo seria bicameral: a Câmara dos Representantes, com número de membros proporcional à população de cada Estado, incluídos os escravos; o Senado seria composto por 2 representantes de cada Estado, com mandato de 6 anos. O Judiciário seria exercido pela Suprema Corte.

*Nós, o Povo dos Estados Unidos, a fim de formar uma União mais perfeita, estabelecer a justiça, assegurar a tranqüilidade doméstica, prover a defesa comum, promover o bem-estar geral e assegurar as bênçãos da liberdade a nós mesmos e à nossa posteridade, ordenamos e estabelecemos esta Constituição para os Estados Unidos da América.*

#### **Artigo I.**

*Seção 1. – Todos os poderes legislativos assegurados por esta Constituição serão conferidos a um Congresso dos Estados Unidos, que consistirá num Senado e numa Câmara de Representantes. (...)*

#### **Artigo II**

*Seção 1. – O poder executivo será conferido ao presidente dos Estados Unidos da América, que exercerá o cargo durante quatro anos e, juntamente com o vice-presidente, escolhido para servir pelo mesmo prazo...(...)*

*Seção 2. - O presidente será o comandante-chefe do exército e da marinha dos Estados Unidos, e da milícia dos diversos Estados (...)*

#### **Artigo III**

*Seção 1. – O poder judiciário dos Estados Unidos será atribuído a um Supremo Tribunal e a tribunais inferiores que o Congresso, de tempos a tempos, vier a ordenar e instituir.*

### **Os primeiros presidentes**

George Washington, grande fazendeiro, líder militar da independência, do grupo federalista, foi o primeiro presidente eleito dos Estados Unidos.

Exerceu dois mandatos, entre 1789 e 1797. Nesse período, foram secretários (ministros) de Estado e do Tesouro, respectivamente, Thomas Jefferson e Alexander Hamilton.

O primeiro foi responsável pela aprovação das 10 primeiras emendas à Constituição, em 1791. Elas dizem respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos americanos, tidas como um **“Bill of Rights”**.

Hamilton contribuiu para ordenar as finanças públicas e garantir o crédito público, preocupando-se ainda com o protecionismo às indústrias nacionais.

A consolidação do governo se dá no mandato de John Adams, também federalista, entre 1797 e 1801.

O desprezo dos federalistas pela opinião pública levou à ascensão dos antifederalistas ou republicanos, na pessoa de Thomas Jefferson (1801-09).

Jefferson estendeu o direito de voto aos não-proprietários e estimulou a expansão para o Oeste. Em 1803, comprou a Louisiana da França, governada à época por Napoleão Bonaparte.

Os republicanos continuaram no poder até 1825, com James Madison (1809-17) e James Monroe (1817-25).

### **Até a Guerra Civil**

A expansão interna é uma marca fundamental do processo de construção dos Estados Unidos.

O território original dos Estados Unidos era de 130 mil km<sup>2</sup>. Em 1803, comprou a Louisiana; em 1819, comprou a Flórida, pertencente à Espanha. Em 1848, a Inglaterra cedeu o Oregon, e os americanos tomaram do México, após haverem anexado o Texas, em 1845, a Califórnia e o Novo México, que deram origem aos futuros Estados do Arizona, Nevada, Utah e Colorado.

Claro que em todos os territórios do Oeste havia índios, que foram despojados de suas terras e mortos, ou levados à morte nas míseras reservas que o Estado lhes concedeu. Essa é a grande obra dos chamados **“pioneiros”**.

A todo esse processo se deu o nome de **Marcha para o Oeste**.

O território total passou, então, dos iniciais 130 mil km<sup>2</sup> a 8 milhões de km<sup>2</sup>. Em 1867, a Rússia vendeu aos americanos, o Alasca.

A ânsia por tanta terra tem vários motivos: entre eles, a enorme imigração, a busca de metais preciosos, a perseguição aos mórmons no Leste etc..

Já em 1787, o Estatuto do Noroeste estabelecia que um território com até 5 mil eleitores seria administrado pela União, com mais de 5 mil eleitores, teriam um autogoverno e com mais de 60 mil, seria elevado a Estado membro.

Outro dado fundamental foram as crescentes facilidades para adquirir terras, veja a tabela:

1796-área mínima	640 acres	- 2 U\$
1800-	“ 320 “	- 2 U\$
1804-	“ 160 “	- 2 U\$
1820-	“ 80 “	- 1,25 U\$
1832-	“ 40 “	- 1,25 U\$

Outros avanços norte-americanos, podem ser medidos pelo sistema de transportes. Em

1820, teve início a navegação a vapor pelo Mississippi.

Em 1819, haviam sido transportadas 136.300 ton. no valor de US\$ 16.772.000. Em 1860, já eram 2.187.000 toneladas transportadas ao valor de US\$ 185.211.000 .

As estradas de ferro começaram a ser construídas em 1830. Em 1840, havia 4534 km; em 1850, 14.481 km., e, em 1860, 48.270 km. de ferrovias.

A sociedade americana, pelo menos sua parte branca, também avança.

Entre 1829 e 1837, o país foi governado por Andrew Jackson.

Foi o primeiro presidente que não pertencia a uma aristocracia rural, e não governou sob a influência ou em benefício exclusivo dos ricos.

Durante seu mandato, os antigos Republicanos do Sul, os antifederalistas, os de tradição jeffersoniana, transformaram-se no Partido Democrata.

Jackson foi sensível ao nascente movimento operário e sindical, suprimindo o voto censitário, a prisão por dívidas e criando uma rede de escolas públicas (franqueadas a todos os brancos).

Esse clima de liberalismo fez nascer também a reivindicação feminina. As mulheres passaram a discutir seus direitos de igualdade perante os homens, em termos econômicos, educacionais e políticos. Defenderam também melhores condições de trabalho e a abolição da escravidão.

Tais discussões tiveram lugar numa convenção realizada em 1848, no Estado de Nova York.

### ***Política Externa***

Washington, expressando um pensamento dos Federalistas, que, à partir de 1854, seriam o Partido Republicano, alertava para a necessidade de os Estados Unidos se manterem afastados da política européia.

Todavia, o processo de construção dos Estados Unidos e do seu modelo capitalista, de forma acelerada, agressiva e expansionista, forçará o posicionamento do país quanto à política externa.

Durante o período napoleônico, os ingleses, em guerra contra a França, faziam recrutamentos forçados de marinheiros norte-americanos, como se não fossem cidadãos de um país independente e neutro naquele conflito. Isso forçou a uma guerra dos Estados Unidos

contra a Inglaterra, entre 1812 e 14, chamada 2ª Guerra de Independência.

A derrota de Napoleão, seguida da obra de Restauração européia promovida pelo Congresso de Viena, forçou os Estados Unidos a se pronunciarem.

A formação da Santa Aliança, com claros propósitos intervencionistas, ameaçava o processo de independência das colônias na América.

O papel proeminente da Rússia, dona do Alaska, naquela aliança militar, também preocupava os Estados Unidos.

Lord Canning, diplomata inglês, artífice do apoio britânico ao processo de descolonização ibero-americano, propôs aos americanos um pronunciamento conjunto contra os propósitos da Santa Aliança.

No entanto, o presidente James Monroe decidiu-se por uma manifestação própria e independente dos EUA, colocando-se como contrário ao intervencionismo da Santa Aliança e defensor da liberdade das nações da América.

A frase: “A América para os americanos, sintetiza essa posição ao mesmo tempo antiintervencionista e dúbia, quanto aos propósitos norte-americanos em relação aos seus vizinhos.

Esse princípio de política externa americana ficou conhecido como **Doutrina Monroe**.

A principal “vítima” do interesse estadunidense pela América foi o México.

Lázaro Cárdenas, presidente mexicano entre 1934 e 40, tem uma frase que resume a “sorte” de seu país: “pobre México, tão longe de Deus, tão próximo dos Estados Unidos”.

Os plantadores do Sul dos Estados Unidos, produtores de algodão, tinham enorme interesse pelas terras mexicanas.

Aquele país, além de escassamente povoado, vivia uma situação política de constante anarquia.

Pioneiros americanos foram , penetrando do território do Texas, querendo, contudo, manter a autonomia política que havia caracterizado a colonização inglesa.

Naturalmente, isso contrariava o governo mexicano, levando os texanos, estadunidenses a proclamarem a República Independente do Texas.

Embora houvesse o propósito de se anexarem aos EUA, o frágil equilíbrio entre Estados escravistas e não escravistas, retardava uma decisão do Congresso.

Em 1845, baseado numa nova doutrina expansionista, a do Destino Manifesto, fez-se a anexação.

A decisão do governo mexicano em restabelecer sua soberania sobre aquele território, leva os EUA a entrarem em guerra com o México, em 1846.

Ao mesmo tempo em que solucionava esse problema de fronteira pela guerra com um país fraco, o México, eles resolviam outro problema semelhante com a Inglaterra, envolvendo o Oregon. Só que, nesse caso, de forma negociada.

Terminada a guerra contra o México em 1848, assinou-se o tratado de Guadalupe-Hidalgo, pelo qual, além de admitir a perda do Texas, o México teve que ceder a Califórnia, Utah, Colorado, Arizona e Novo México.

Agora, os Estados Unidos possuíam acesso direto ao Oceano Pacífico e podiam voltar seus olhos, além do Caribe e das Antilhas e o resto das Américas, para o Extremo Oriente.

Em 1854, forçaram a abertura de portos japoneses, participando em seguida das vantagens dos “tratados desiguais”, que as potências ocidentais impunham à China.

### ***A Guerra de Secessão***

Mas, o grande estorvo à construção dos EUA, estava na radical diferença da base sócio-econômica do Norte e do Sul.

No Norte, muito cedo, desenvolveu-se uma indústria têxtil.

A população crescia muito rapidamente, tanto pela imigração, quanto pela elevada natalidade.

A burguesia industrial capitalista que aí florescia defendia o protecionismo alfandegário, um sistema bancário nacional, concordava com a distribuição de terras do Oeste.

No Sul, permanecia a monocultura do algodão, com mão-de-obra escrava.

Essa matéria-prima era vendida tanto para o Norte industrial, quanto para a Inglaterra.

A elite sulista, era contra um banco central, contra o protecionismo alfandegário, e achava que as terras do país teriam que ser vendidas a preços muito elevados.

Desde muito cedo, a República americana teve que administrar esse conflito, mantendo um delicado equilíbrio.

Já em 1819, quando o país tinha 22 Estados, sendo 11 escravistas e 11 não-escravistas, criou-se o dilema da admissão do

Missúri e do Maine. Em 1820, o Compromisso de Missúri, permitiu a admissão dos dois, um de cada lado.

O Compromisso de 1850, deixava a cada novo Estado a escolha de sua situação quanto ao problema da escravidão. A questão se colocava agora em função da admissão dos novos Estados formados nos territórios tomados ao México.

Em 1860, já era clara a superioridade do número de deputados dos Estados abolicionistas.

Nas eleições presidenciais, os sulistas apresentaram a candidatura de John Breckinridge, cujo programa era não só ampliar a escravidão, quanto anexar Cuba aos Estados Unidos.

Ameaçaram ainda que deixariam a União, caso seu candidato não fosse vitorioso.

Já o candidato do Partido Republicano, Abraham Lincoln, defendia a definição de tarifas protecionistas e a união a todo custo.

Eleito Lincoln, dez Estados seguiram a Carolina do Sul, declarando, em dezembro de 1860, que não mais faziam parte dos Estados Unidos, formando os Estados Confederados da América, elegendo Jefferson Davis como seu presidente.

Em abril de 1861, iniciava-se a guerra, que duraria 4 anos e mataria 620 mil americanos.

O maior número de habitantes, o poderio econômico industrial, as ferrovias, deram a superioridade ao Norte.

Lincoln, durante a guerra, aboliu a escravidão em todos os Estados contrários à União.

Em 1865, o general confederado Robert Lee se rendeu a Ulisses Grant, do Norte.

Lincoln foi assassinado poucos dias depois.

A chamada Reconstrução caberia a outros. A Emenda XIII à Constituição aboliu a escravidão, e a Emenda XV deu aos negros o direito de voto.

O Sul estava arrasado, mas os Estados Unidos entrarão agora, livres da escravidão, numa fase de enorme prosperidade capitalista, a Idade de Ouro, de 1865 a 96.

Autor: Prof. Reinaldo Lopes Martins